

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

SUBSECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIÁS

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

CPF

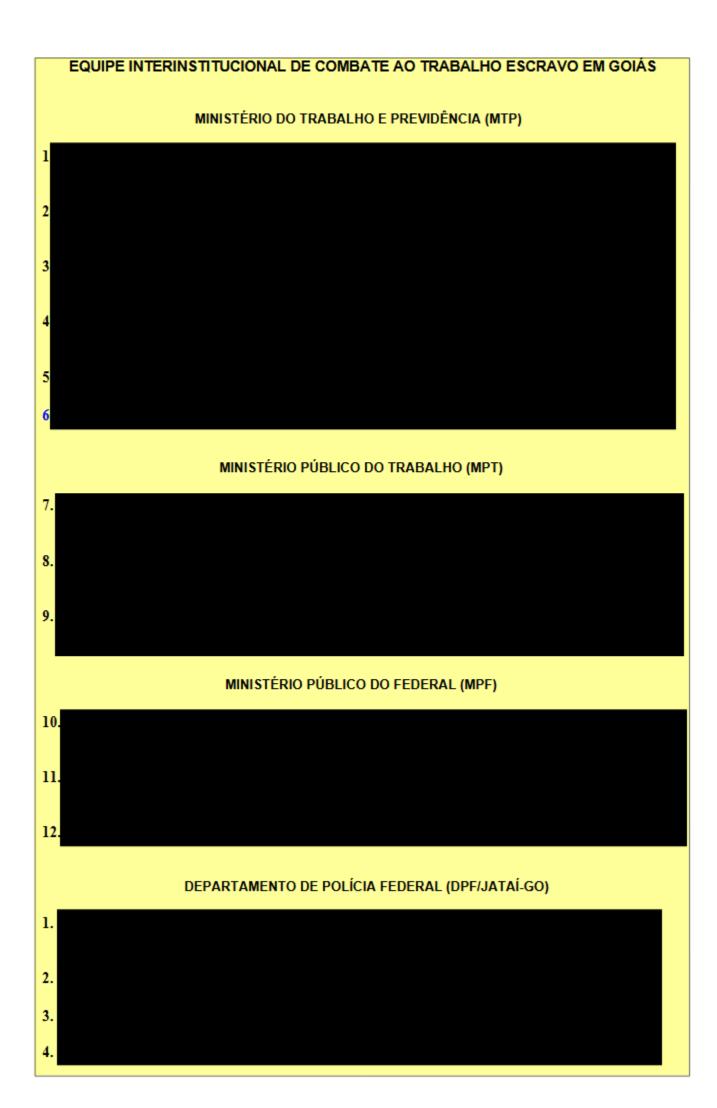


Período: 20/07/2022

Local: Edeia/GO.

Coord. Geográficas:

Atividade econômica: construção de edifícios (CNAE 4120-4/00)





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SUBSECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIÁS

I. DADOS GERAIS DA OPERAÇÃO

Empregados alcançados	00
Empregados registrados durante ação fiscal	00
Empregados Resgatados – total	00
Mulheres registradas durante a ação fiscal	00
Mulheres (resgatadas)	00
Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
Trabalhadores Estrangeiros	00
Trabalhadores Estrangeiros Registrados durante ação fiscal	00
Trabalhadores Estrangeiros Resgatados	00
Trabalhadores Estrangeiros – Mulheres - Resgatadas	00
Trabalhadores Estrangeiros – Adolescentes (menores de 16 anos)	00
Trabalhadores Estrangeiros - Adolescentes (entre 16 e 18 anos)	00
Guias Seguro-Desemprego do Trabalhador Resgatado emitidas	00
Valor bruto das rescisões (em reais)	00
Valor líquido recebido (em reais)	00
Valor das verbas rescisórias não pagas (horas extras)	00
Valor Dano Moral Individual	00
N° de Autos de Infração lavrados	00
Termos de Apreensão de Documentos	00
Termos de Interdição Lavrados	00
Termos de Suspensão de Interdição	00
Termos de Notificação	00
Prisões efetuadas	00
Armas apreendidas	00
CTPS emitidas	00
CAT (Comunicação de Acidente do Trabalho) emitidas	00





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SUBSECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIÁS

II. MOTIVAÇÃO DA AÇÃO FISCAL

A ação fiscal em face do referido empregador foi implementada em decorrência de denúncia de suposta submissão de trabalhadores migrantes a condições análogos às de escravo (cópia da denúncia no Anexo A-001)

III. DADOS DO DENÚNCIADO

a) Nome

b) CPF:
c) Endereço:
d) Telefone:
e) E-mail:
Empresas em nome do denunciado:
- LOPES CONSTRUTORA LTDA (LOPES CONSTRUTORA), CNPJ 43.120.485/0001-60 Data
Início Atividade: 13/08/2021 (Possui o mesmo endereço da residência de

IV. DA AÇÃO FISCAL

O grupo especial de fiscalização móvel — GEFM regional, composto pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTP), Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF) e Polícia Federal (PF), iniciou em 18/07/2022 uma operação para averiguar várias denúncias de trabalho análogo à condição de escravo em diversos municípios goianos, uma delas a objeto do presente relatório. A referida ação foi realizada concomitantemente com outros 23 (vinte e três) estados de federação, no âmbito da denominada "Operação Resgate II".

No caso em questão, na data de 20/07/2022 parte da equipe de fiscalização se deslocou até a cidade de Edeia/GO (AFT equipe de PF chefiada pelo Delegado para averiguar os fatos narrados na denúncia.





MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SUBSECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM GOIÁS

Na ocasião, foram realizadas diligências em diversos endereços, incluindo o local informado na denúncia, a procura do Sr. en e de eventual obra que pudesse estar realizando na cidade (vide fotografías em anexo). Todavia, ele não foi encontrado, sendo que o local indicado na denúncia estava fechado.

Também foram realizadas ligações telefônicas com o denunciante, mas o número informado na denúncia não completava ligação.

Segundo informações de Polícia Militar da cidade, o Sr. estado é um construtor de casas e teria tido vários problemas na cidade de Edeia, inclusive já havia sido preso. Por tais razões, ele estava tocando sua atividade em outros municípios, notadamente em Edealina/GO.

V. CONCLUSÃO

A denúncia perdeu o objeto, uma vez que não foi encontrada nenhum local de trabalho do denunciado e nem mesmo o próprio Sr.

VI. SUGESTÃO DE ENVIO DE CÓPIA DESTE RELATÓRIO

Para conhecimento e adoção das medidas que entenderem cabíveis, sugerimos o envio de cópia deste relatório para os seguintes órgãos:

- a) DETRAE Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, da SIT/MTP;
- b) MPT Ministério Público do Trabalho Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região PTM
 Rio Verde/GO (IC 001053.2021.18.000/0);

É o relatório.

